

O Socialista

JORNAL DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA

JORNAL DA LOI

BRASIL

Nº 121 - NOVEMBRO DE 2024

R\$5,00



[EDITORIAL]

EDITORIAL.Pág. 1

ORIENTE MÉDIO: UM ANO DO GENOCÍDIO EM GAZA.....PÁG. 4

ARGENTINA: UM ANO DO GOVERNO DE MILEIPÁG.6

CHILE: 5 ANOS DA “EXPLOSÃO”PÁG. 8

BRASIL: DO G20 À AUSTERIDADEPÁG.10

SINDICAL: BALANÇO DO 33º CONGRESSO DO SINPEEM.....PÁG.14

- CAMPANHA FINANCEIRA -

CONTRIBUA COM A LOI

PIX - loioposicaodeluta@gmail.com

CONTATO: loioposicaodeluta@gmail.com.br

No último mês de novembro, o imperialismo norte americano definiu a sua nova direção para os próximos anos. Trump voltou ao governo com uma vitória categórica sobre os democratas representados por Kamala Harris, após a saída de Joe Biden da disputa, e vai contar com o total apoio da Câmara e do Senado para definir, não só os rumos da política e da economia estadunidense, mas as diretrizes para a política mundial, marcada pelo aprofundamento da crise econômica e do aumento das tendências bélicas.

A vitória de Trump expressa - mais do que uma suposta consolidação da “extrema direita” a nível mundial - o saldo negativo do governo Biden, de uma direção política incapaz de saldar as consequências de uma profunda crise econômica, como também o descontentamento com sua política externa, cuja incapacidade de oferecer uma direção clara e o controle sobre os conflitos bélicos que estão em curso, escancara a face da decomposição imperialista.

Trump defendeu, em sua campanha, que os países da OTAN devessem assumir o protagonismo na guerra da Ucrânia, inclusive com maior aporte ao organismo e que encerraria a guerra o quanto antes, deixando subentendido que seu governo não financiará Kiev. Neste momento, Zelenski realiza ataques em solo russo com mísseis de longo alcance estadunidenses com o aval de Biden, o que pode ser seu último movimento enquanto direção do imperialismo na guerra. O ataque foi decretado por Putin como um ataque conjunto dos EUA, o que escalona o conflito para uma guerra nuclear, segundo a Rússia. Putin respondeu aos ataques com mísseis criados para a guerra nuclear. Enquanto os países fronteiriços na Europa se preparam para a ampliação da guerra, é preciso observar se os tempos desse conflito, com a escalada nuclear da guerra, seguirão a mu-

dança de direcionamento do imperialismo estadunidense, como defendido por Trump.

Em relação ao genocídio palestino, cujo apoio a Netanyahu pelos democratas custou a perda de parte de sua base política e eleitores simpatizantes, a vitória de Trump não provocará mudanças no curso do extermínio pelo enclave de Israel, pois se configura como parte da política imperialista na região. Netanyahu, apesar da pressão cada vez maior interna e externa, sabe que tem o aval tanto de democratas como de republicanos para seguir com sua política alinhada com os interesses do imperialismo estadunidense na região.

No entanto, o cerne da política de Trump para o próximo período, e que impactará também a sua relação com os países europeus, será a política econômica. Apesar de o governo Biden apresentar bons resultados econômicos, expressos em índices como o crescimento do PIB, aumentos dos preços dos ativos financeiros e baixo desemprego, a população norte-americana vivencia a maior queda nos padrões materiais de vida desde a década de 30, consequência de um acentuado aumento de preços nos bens de consumo e serviço. A inflação persistente puxada pela pandemia e depois pelos efeitos da guerra na Ucrânia, apesar de controlada, não foi revertida, implicando num aumento da desigualdade de renda. Já os aumentos salariais não acompanharam os preços das mercadorias que se mantêm cerca de 20% mais altos que no período pré-pandemia.

Trump buscará aprofundar a política econômica de seu primeiro governo através da redução de impostos, diminuição das regulamentações, queda dos custos de energia e dos juros. Para isso, pretende aplicar tarifas mais altas para as importações, numa disputa comercial mais agressiva, especialmente com a China, além de uma maior intervenção sobre a política monetária. Através de um protecionismo mais acirrado, Trump pretende aumentar as receitas que permitirão a redução de impostos internamente, além de restaurar a ma-



nufatura e uma aristocracia operária.

É temeroso, contudo, que este protecionismo não logre aumentar as receitas e que os cortes previstos ampliem a já imensa dívida pública. Alguns estudos, por exemplo, projetam o aumento do déficit orçamentário em US\$5,8 trilhões para a próxima década. Além disso, a política de corte de impostos, como bem o sabemos, implica no aumento da desigualdade de renda, pois transfere os custos destes cortes para a classe trabalhadora.

A política protecionista que será levada a cabo por Trump é a expressão da decadência do imperialismo que busca de forma mais acelerada avançar no processo de assimilação dos ex-Estados operários na disputa por mercados e por maior produtividade. Ao defender a taxação de todas as importações a 10% e as chinesas a 60%, Trump busca criar condições de aumento da produtividade da força de trabalho estadunidense, como forma de superar a crise econômica que se prolonga desde 2008. Ao mesmo tempo, acirra a guerra comercial com a China, buscando submetê-la como semicolônia dentro do sistema de estados. A grande questão é que esta política protecionista, por si só, não recupera o momento histórico de crescimento e expansão da indústria norte americana, em plena decadência (com taxas de lucro dos setores produtivos em mínimos históricos), potencializando o investimento financeiro e, dessa forma, as bolhas

especulativas.

Por outro lado, a China fortalecerá a centralidade da produção nas políticas econômicas e, através do BRICs e da Nova Rota e Cinturão, buscará ampliar sua influência e mercado na África, América Latina e Oriente Médio como forma de sua preservação.

tica protecionista de Trump deve atacar, em especial, a política econômica e social no México, mas também em países com grandes fluxos comerciais com a China, como o Brasil. A política econômica e monetária estadunidense também poderá provocar altas inflacionárias nos países pelos novos acordos comerciais, impostos alfandegários e valorização do dólar.



É de extrema importância que a linha política e econômica de Trump de maior protecionismo, guerra comercial e ações anti-imigração não encontre expressões em ideologias nacionalistas para os trabalhadores norte americanos e suas estruturas numa suposta disputa

Os BRICs, neste sentido, configuram tanto para a China, como também para a Rússia, a busca para minimizar os efeitos de um imperialismo com tendências mais bélicas na busca por recuperar sua hegemonia produtiva e assimilar os ex-Estados operários. A tentativa de reduzir a importância do dólar nas trocas comerciais mundiais ou oferecer mecanismos alternativos de transações comerciais não tornam este arranjo supraestatal uma alternativa ao imperialismo ou favorecem uma suposta posição imperialista da China, mas expressam a amplitude da decadência imperialista e o aprofundamento das contradições do processo de assimilação em sua extensão no tempo.

Na América Latina, a vitória de Trump provocará novas reconfigurações das burguesias nacionais na relação com o imperialismo e com a China. A polí-

tica com os trabalhadores de outros países, em especial latinos e chineses. Os recentes processos de luta dos operários estadunidenses, como nas automotivas, nos portos e na indústria de aeronaves, os processos de ocupação de universidades contra o genocídio palestino e os movimentos de sindicalização demonstram o potencial de luta e de enfrentamento da política imperialista dentro do próprio Estado.

Reforçamos o chamado para uma Conferência Internacional entre as correntes que reivindicam a ditadura revolucionária do proletariado como forma de avançar na reconstrução da IV Internacional e dotar os processos de luta, que estarão no horizonte próximo, de um direcionamento revolucionário que enfrente as tendências bélicas do imperialismo em sua decadência e os processos de restauração capitalista dos ex-Estados operários.

ORIENTE MÉDIO



UM ANO DO GENOCÍDIO EM GAZA

O massacre palestino cometido pelo enclave sionista de Israel completa seu 14º mês sem interrupção, deixando um rastro de - somente nesses últimos 14 meses - mais de 43 mil mortos diretamente no conflito e mais de 100 mil feridos, além da total destruição das forças produtivas e infraestrutura básica de sobrevivência.

O genocídio sem precedentes na Faixa de Gaza avança também pelo território do vizinho, Líbano, sede do Hezbollah, organização jihadista que, a despeito das burguesias árabes da região, manifestou resistência à empreitada genocida do enclave sionista, e paralelamente também alcança o Irã, que financia tanto o Hezbollah, quanto o Hamas, assim como abriga diversos de seus principais líderes, Estados que, devido a sua debilidade, não conseguem responder aos ataques. O silêncio das elites árabes remete diretamente aos acordos de normalização de relações entre os países árabes e Israel, promovidos por Donald Trump em seu primeiro mandato, paralisados

pela ofensiva do Hamas em outubro do ano passado.

O genocídio palestino faz parte de um projeto; capitaneado pelo imperialismo no território do Oriente Médio, que tem sido levado a cabo pelo seu enclave sionista; de terra arrasada na região, destruindo as forças produtivas e qualquer possibilidade de resistência para atender ao projeto colonial sionista e implantar na região o corredor econômico “Índia-Oriente Médio-Europa”, que busca estrangular o avanço chinês no Oriente Médio, na sua iniciativa de construir a “Nova Rota e Cinturão”, que visa o investimento mandarim em infraestrutura em diversos países, alcançando a Europa, buscando o aprofundamento e a consolidação da influência econômica Chinesa.

O genocídio em Gaza, assim como a guerra na Ucrânia, são expressão clara da decomposição do imperialismo, sobretudo estadunidense, que busca desesperadamente sua reafirmação como o centro

do capitalismo global. Para isso, entra em disputa direta com os ex-Estados operários em assimilação, Rússia e China, pelo disciplinamento desses Estados em seu processo assimilatório, o que na sua expressão atual, desencadeou os sangrentos conflitos citados, que ceifam a vida de trabalhadores palestinos e no leste europeu.

Diante desse cenário de crise do capital e do imperialismo, a solução apontada pelos setores ditos “progressistas” - reformistas, centristas e até setores ligados a burguesia - é a criação de um Estado palestino “livre do rio ao mar”, defendendo a autodeterminação do povo palestino em constituir seu próprio Estado burguês. O que aqui está evidenciado é a total decadência do Estado burguês como forma de dominação, trata-se, de fato, da luta contra o imperialismo. Em nossa atual conjuntura, os Estados não mais estão em formação, mas sim em decomposição, a configuração de um Estado palestino nesses moldes, significa a constituição de um Estado palestino semicolonial, com uma protoburguesia débil e totalmente dependente do imperialismo, e com as forças produtivas arrasadas. Portanto, a proposição de uma solução nacional a partir da constituição de um Estado burguês na Palestina histórica, é totalmente impotente.

É essa a política que norteia as consignas e ações

dos centristas, que titubeiam entre manifestações de rua cada vez mais esvaziadas e afastadas dos trabalhadores, e que demonstram o cansaço diante das políticas inócuas defendidas pelo centrismo e pelas direções políticas e sindicais, essas que não constroem a luta e atuam como braço da burguesia contendo a classe trabalhadora. Vê-se que a ação iniciada pelos estudantes em universidades pelo mundo, sobretudo no imperialismo patrocinador dos sionistas foram, além de sufocadas pelo aparato repressivo dos governos, isoladas pelas direções políticas e sindicais que não atuaram na unificação dessas lutas. No Brasil, é possível observar esse fenômeno através do cessamento dos atos de rua durante o período eleitoral e com o esvaziamento das Frentes de luta por parte dos reformismo que defende a criação do Estado Palestino como a solução para os problemas da região.

A defesa da autodeterminação dos palestinos sem o necessário corte de classe, já se apresenta totalmente ineficaz e demagógica. Com toda a experiência acumulada com a traição das burguesias e pequeno-burguesias árabes e islâmicas, a tarefa que se impõe é a de **DESTRUIR AS BASES DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA**, a constituição de uma guerra civil, com a classe trabalhadora unificada se voltando contra os expropriadores.

Para isso, os palestinos não podem ser abandonados à sua sorte pelas direções políticas e sindicais dos trabalhadores ao redor do mundo, deve-se lançar mão do princípio do internacionalismo proletário, com a paralisação das fábricas que produzem armamentos, paralisação dos portos e vias que transportam essas armas do imperialismo para o exército sionista.

Para dar cabo de tais tarefas, é necessária a construção e consolidação de um partido revolucionário, que atue na reconstrução da IV Internacional e para a emancipação socialista do povo palestino e de todos os trabalhadores da região e que opere na constituição da **Federação dos Estados Socialistas Soviéticos do Oriente Médio e Magreb**



ARGENTINA

COR - Argentina



**PRESIDENT MILEI
PRAGUE**

UM ANO DO GOVERNO DE MILEI

O dia 10 de dezembro marca um ano do experimento pseudolibertário do governo “La Libertad Avanza”. Este governo nada mais é do que a expressão da crise do bonapartismo sui generis como forma especial de poder estatal na sua relação com as massas e as instituições burguesas. Aplicou uma receita econômica já conhecida dos trabalhadores argentinos, que implicou uma forte desvalorização, um ajuste ortodoxo que significou uma enorme queda nos salários e nas aposentadorias, e um crescimento exponencial da pobreza. Como sempre, os vencedores foram os capitalistas e o FMI (que procura garantir o pagamento da dívida com o organismo).

O triunfo de Milei expressou uma facção pequeno-burguesa aliada ao imperialismo, tornando-se o seu instrumento, com a intenção de submeter o proletariado às correntes de uma ditadura policial. O governo de Milei é a improvisação de uma burguesia débil face ao desastre dos partidos tradicionais e das coligações eleitorais como o macrismo, os K e a sua variante degradada com Alberto, que não conseguiu garantir certo equilíbrio de classe para os seus negócios. O surgimento de Milei ocorre na dinâmica do processo histórico que apresenta uma crise dos fundamentos da reforma constitucional de 94 (que deveria salvar o regime burguês da crise econômica, social e política que havia deixado a hi-

perinflação do governo de Alfonsín e preparar a Argentina para um novo cenário internacional após a queda do Muro de Berlim). Estes fundamentos de 94 entraram em questão nestes anos, não só pelas crises e rearranjos do regime burguês, mas também devido aos processos agudos da luta de classes cuja expressão máxima foi a insurreição espontânea em 2001.

O governo de Milei condensa todas estas contradições históricas não resolvidas, mostrando a debilidade em seu conjunto do bonapartismo sui generis como forma de dominação e a necessidade de se acertar de forma mais direta com o imperialismo para manter certo equilíbrio instável. Isso pode ser visto na atuação da delegação argentina na cúpula do G-20 que está sendo realizada no Brasil. Mas dada a urgência de procurar financiamento, estão dispostos a assinar declarações que vão contra os seus supostos ideais e a aceitar ajuda de “comunistas” como o presidente chinês Xi Jinping ou o governo brasileiro para fazer negócios com *Vaca Muerta* e o fornecimento de gás.

O festejo de Milei frente ao triunfo de Trump é de Pirro e patética, porque se Trump avançar com o seu plano econômico de protecionista, nenhuma migalha vai dar, mesmo que se submetam como já estão fazendo. Há pouco tempo Macri também fes-

tejava e sabemos como terminou. O plano de submissão de Milei ao imperialismo é uma paródia das “relações carnavais” do menemismo, só que desta vez sem dinheiro para comprar nada. Sabemos que o plano do imperialismo significa maiores penúrias para os trabalhadores. Trump exigirá mais mostra de “lealdade” na sua guerra comercial com a China, mas não dará nada em troca. A única saída a pode dar a classe trabalhadora em nível internacional em uma luta revolucionária.

No primeiro ano de governo Milei ocorreram importantes lutas nas ruas: contra a “lei de bases”, contra o reajuste das aposentadorias e do financiamento universitário. Enfrentamos a repressão do protocolo policial, que pretendia nos tirar das ruas, com mobilizações massivas. Ocorreram lutas emblemáticas como a do sindicato dos pneus (SUTNA), dos trabalhadores da saúde e estatais, bem como a luta universitária com ocupação de edifícios em todo o país. Houve também duas greves gerais e nos últimos meses uma greve dos transportes que se sentiu forte. É uma demonstração de que existem forças para enfrentar e derrotar o plano de ajuste de Milei. A oposição burguesa e os seus partidos pretendem levar grande parte das lutas para instituições como o parlamento e para a agenda eleitoral de 2025 e 2027. Este desvio deve ser enfrentado, promovendo a ruptura revolucionária dos trabalhadores com o peronismo, que está apoiando Milei e luta com ele para definir quem se apropriará da figura de Trump, enquanto as nossas condições de vida continuam a cair.

Na última greve dos transportes, que ocorreu em 30 de outubro, se expressou que um setor importante dos trabalhadores de serviços, estatais, da educação e da saúde, além dos trabalhadores informais, estão passando à oposição ao governo e permitindo mais fôlego aos setores que vem en-

frentando Milei desde o primeiro dia. Por isso, a burocracia sindical tem montado um operativo de contenção, uma ala se apresentando como combativa, como o Moyano, e outra mais negociadora, como a UTA e a União Ferroviária e a outra parte da CGT.

Outro elemento importante que podemos analisar é que, a partir da organização desde as bases e com a direção de parte da esquerda, se reivindicaram os métodos da classe como a greve, as ocupações e os bloqueios de rua - para tentar fazer ativa a greve - e não as vias parlamentares ou calendários eleitorais. Este ativismo que está surgindo e se está forjando no meio de um ajuste feroz e repressivo tem a tarefa de preparar as condições para ajudar o movimento operário industrial a irromper na cena nacional. Em diversas fábricas a luta estudantil gerou simpatia. Temos que promover assembleias de fábrica contra as demissões e contra a degradação das condições de trabalho e dos salários. Para conseguir isso, devemos arrancar a direção da burocracia sindical e unir as reivindicações do conjunto da classe.

Está começando a generalizar uma deliberação nos locais de trabalho sobre como enfrentar o governo Milei, porque assim não se pode seguir mais. É tarefa dos revolucionários propor um programa operário de saída à crise e os métodos que se desprendem deste. Temos que promover e impor uma greve geral ativa para derrubar este governo e os seus cúmplices.

Uma oposição sindical revolucionária deve ser forjada nos sindicatos, que seja o embrião da construção de um partido revolucionário como uma secção da Quarta Internacional reconstruída.

Abaixo o governo de Milei!

Pelo triunfo das lutas em curso!

Por um congresso de delegados de base com mandato!

Por um governo operário!



CHILE

COR-Chile



5 ANOS DEPOIS DA “EXPLOSÃO”, CONTRA O IMPERIALISMO DECADENTE E SUA DEMOCRACIA

Há 5 anos, a chamada “explosão social” foi uma irrupção de forças elementares, dos trabalhadores, dos desempregados, dos jovens, dos estudantes, que questionaram os fundamentos da sociedade exploradora, sem conseguirem ultrapassar os limites impostos pelo aparelho do Estado. Esse corpo destroçado que garante a dominação imperialista desencadeou uma repressão sangrenta, deixando mortos, mutilados, torturados, presos políticos,.

Esta semi-insurreição espontânea foi seguida por uma greve geral em 12 de novembro onde, da mesma forma caótica, improvisando na organização e na ação, a classe trabalhadora abalou o então governo Piñera, deixando-o à beira da queda.

Não foi apenas a repressão sangrenta contra aqueles que lutaram que ativou a classe dominante para enfrentar esta revolta de amplos setores das massas. Todo o regime político burguês e pequeno-burguês selou um “Acordo de Paz e Ordem Pública” para dar sobrevivência ao debilitado governo e realizar uma bateria interminável de eleições (municipais, convencionais, primárias, presidenciais etc.) carregadas de promessas de reforma da democracia semicolonial através de constituintes e uma renovação do seu quadro político. O ensaio geral reacionário que significou a intervenção estatal com a pandemia também deu um respiro aos capitalistas, além de grandes lucros, significou um ataque contra todos os vestígios de organização que permaneciam de pé.

O governo de Boric (PC e FA), além de cooptar através do aparelho estatal, setores dos “movimentos sociais”, ficou encarregado de aplicar uma a uma as políticas reacionárias. Promoveram leis antioperárias e repressivas, como a lei de flexibilização trabalhista de 40 horas, lei antiocupações, lei do gatilho fácil, lei de infraestrutura crítica, maiores recursos para repressão, impunidade para repressores, desativação das lutas operárias com mesas de diálogo de mãos vazias. Perseguiu organizações, expulsaram residentes, prenderam lutadores, aplicaram a lei de segurança do estado, militarizaram áreas inteiras do país, reprimiram organizações estudantis dentro e fora das escolas secundárias, concordaram com o TPP11 e consolidaram laços militares com o Comando Sul dos EUA, e um longo etc. Cada passo reacionário deste governo foi adotado com seu palavreado estatista pequeno-burguês.

A ausência de mediações fortes preocupa a burguesia para os próximos períodos. Foi justamente essa falta de mediações que conteria e antecipa a semi-insurreição de 18 de Outubro, que começava a incubar-se nas massas com os golpes que recebem diariamente nos locais de trabalho e de estudo. O tédio com a política, que é evidente nas eleições burguesas e parlamentares, provocam uma separação cada vez maior entre as massas e o estado burguês. Setores da pequena burguesia hoje “se escandalizam” com a corrupção do judiciário, como mais um exemplo do seu cinismo (diante dos fatos inerentes ao capitalismo). Essa mesma pequena-burguesia disputa visceralmente os despojos do estado como principal motivo de toda essa maquinaria eleitoral, o que por sua vez deixa claro que os partidos burgueses e pequeno-burgueses são meras coligações eleitorais sem raízes em setores de classe.

A burguesia fez um grande esforço para demonizar esta semi-insurreição com o apelido de “surto criminal”. O seu principal argumento é o mesmo

que libertou as forças da nossa classe, que hoje o grau de decomposição do capitalismo é ainda mais profundo do que então.

E as causas não se encontram nas particularidades nacionais, nas formas que assumem as nossas batalhas. Encontramo-nos frente a manifestação da decadência imperialista e da sua linha bélica. A falta de orientação do sistema imperialista com a guerra entre dois ex-Estados operários Rússia-Ucrânia, e a escalada entre o enclave israelita com os países do Médio Oriente, onde o sionismo não conseguiu derrotar a resistência apesar do genocídio levado a cabo ao povo palestino que agora se estende ao Líbano. Tendências bélicas na situação mundial que mostram a putrefação da democracia burguesa e das suas instituições criadas no pós-guerra.

Na América Latina, os governos semicoloniais têm aplicado linhas de ajustamento contra a classe trabalhadora e o povo, disciplinando-se aos ditames do mestre imperial, como no Peru, Chile, Colômbia etc. O que desencadeia feitos importantes da luta operária e estudantil como na Argentina frente a estes ataques.

Este dia 18 de outubro, além de comemorar o quinto aniversário da revolta operária e popular, é uma oportunidade para tirar lições, para superar a fragilidade desse processo que foi desviado pelos constituintes e mecanismos da democracia burguesa. Para isso, é fundamental desenvolver não só a organização dos trabalhadores, mas também preparar a sua direção revolucionária que intervenha nos sindicatos, promovendo o controle operário da produção, as tarefas preparatórias para a insurreição consciente, a tomada do poder, destruindo o Estado burguês, estabelecendo a ditadura do proletariado e a sua extensão internacional

Forjemos a liderança revolucionária do proletariado, a Quarta Internacional reconstruída.

NOVEMBER 2024

G20 RIO SUMMIT



NACIONAL

BRASIL, DO G20 À AUSTERIDADE: UM CHOQUE DE REALIDADE APÓS AS ELEIÇÕES.

Cúpula dos Brics, eleição de Donald Trump, eleições municipais, atentado a bomba contra o STF (Supremo Tribunal de Justiça) e um plano orquestrado pelo alto escalão do governo Bolsonaro para matar Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes. Esse é o pano de fundo que antecedeu e perpassou a reunião do G20 chefiada pelo Brasil no Rio de Janeiro e a visita de Estado de Xi Jinping. A política internacional, há tempos, tem servido ao atual governo para ofuscar a permanente crise interna que vive o país. Mais uma vez Lula desfilou com líderes mundiais a fim de se cacifar como grande líder regional e do denominado “Sul global”, mas as abstrações (Combate à pobreza, mudanças climáticas, reforma do conselho de segurança da ONU e a busca da paz) do documento assinado na cúpula dá conta que a realidade concreta seguirá sem mudanças, as tendências abertas pelas guerras em curso e o agravamento das economias dos Estados, do imperialismo às semicolônias, seguirão ampliando a instabilidade política dos governos de turno e aprofundando a crise social, isto é, as condições objetivas de vida dos trabalhadores.

Na eleição norte-americana, Lula defendeu abertamente o voto em Kamala Harris. Com a vitória de Trump, a frente ampla se vê tateando para mensurar o impacto político da mudança na Casa Branca. Lula já declarou que nada vai atrapalhar a sólida relação entre Brasil e EUA, que diferenças devem ser postas de lado, que se trata de uma relação entre Estados e os

ritos devem prevalecer, ou seja, o Brasil seguirá cumprindo seu papel subserviente ao imperialismo. Contudo, a política econômica construída a partir do MAGA (*Make America Great Again*) pautada pelo protecionismo e pelo endurecimento da disputa pela recuperação da hegemonia mundial dos EUA acende um alerta nas semicolônias, sobretudo, quanto a dinâmica de valorização do dólar e da alta inflacionária, fora a dimensão do impacto do aumento de taxas de importação sobre as semicolônias.

Já há setores reformistas alardeando a assinatura de 37 acordos bilaterais com China com uma resposta do governo à ascensão de Trump, um giro estratégico. Após a cúpula do G20, Xi esteve em Brasília, para uma visita de Estado, com status de histórica. Apesar dos inúmeros acordos em diversas áreas, do Agro à tecnologia espacial, a discussão de fundo era a adesão do Brasil à iniciativa do Cinturão e Rota, que oficialmente não aconteceu. Todavia, a China consolida cada vez mais sua presença na América do Sul e o Brasil precisa se equilibrar na sua relação de semicolônia com o imperialismo.

A crise venezuelana intensifica a instabilidade política na América do Sul. O regime de Maduro endureceu o discurso com o governo Lula desde o veto que o Brasil impôs à entrada do Venezuela nos Brics, na recente cúpula do grupo na Rússia. O governo brasi-

leiro se mostra encalacrado na questão venezuelana, já que Maduro endureceu de vez o regime, tendo aberto uma campanha de hostilidades ao Itamaraty, o qual leva a questão em banho-maria e o governo oscila entre levar a cabo a política do Imperialismo sem abrir crise com o PT e uma certa base eleitoral, defensores históricos do chavismo. A crise



amplia-se, ainda, com o conflito intestino entre Evo e Arce na Bolívia. Os processos eleitorais em curso expressam o declínio da democracia burguesa que cada vez mais revela seus limites diante da dinâmica depressiva da economia mundial, ampliando a tendência de governos cada vez mais débeis e instáveis nos bonapartismo suigeneris.

Isso se evidencia após as mais encarniçadas eleições municipais deste país, em que tivemos o triunfo acachapante do exacerbado fisiologismo do centrão. As emendas parlamentares irrigaram os municípios que reelegeram boa parte dos prefeitos. Os expoentes desse resultado foram principalmente o PSD de Kassab e o MDB de Temer. A vitória da política fisiologista robustecida em função da debilidade política dos governos nos últimos anos, somado a maior abstenção da história, quase 30% em São Paulo, por exemplo, condensa-se na crise dos partidos tradicionais e das instituições do regime democrático burguês. Guilherme Boulos (PSOL), principal candidato de Lula em São Paulo, teve uma derrota fragorosa para Ricardo Nunes (MDB), perdeu em quase todas as zonas periféricas, historicamente comandadas pelo PT.

As eleições alçam Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, como o grande maestro do centrão, e depositam no colo do PT e de Bolsonarismo uma crise que lhes impõem o estado permanente de campanha,

antecipando o processo eleitoral de 2026. O PT e todo o reformismo se vê tendo que se remontar, uma vez que sai a cada pleito mais frágil e descolado de qualquer base social que pudesse lhe dar alguma sustentação. Fato é que o PT se encaminha a passos largos para ampliar ainda mais os conchavos com o

centrão e a Frente Ampla, aguardemos a reforma ministerial que ocorrerá no fim do ano, cogita-se o nome de Lira para um ministério e já se discute nos bastidores o vice na chapa de Lula fora do PSB. Já o bolsonarismo também não desempenhou o que se esperava, ampliou-se os nomes (Marçal, Tarcísio, Ratinho Jr.) que podem ocupar o posto de Bolsonaro, que a cada nova investida da polícia federal e do STF, se vê mais próximo da prisão, sobretudo, após o desenrolar das investigações acerca do fato de que houve no alto escalão do governo de Jair Bolsonaro com as forças armadas um plano para matar Lula, Alckmin e Moraes, e promover um golpe de estado. Não à toa a dita “extrema direita” mexe os paus para mostrar-se para além de Bolsonaro, sem abrir mão do bolsonarismo, assim como Kassab e seus comandados tentam construir nomes que se mostrem para além dos extremos.

A crise entre os poderes não se fecha com a tentativa de disciplinamento pelo STF da disputa pelo orçamento federal que está posta com as emendas parlamentares, pilar do fisiologismo do centrão. O Supremo desde quando, em 2023, julgou inconstitucional o denominado “orçamento secreto”, vem agindo para pôr um freio na manobra parlamentar. Recentemente, o ministro Flávio Dino bloqueou as emendas pix condicionando maior transparência e rastreabilidade sobre os recursos. Hoje quase metade do orçamento está nas mãos de deputados e senadores, o

que explica o desempenho do centrão nas eleições municipais e o que pode significar nas próximas eleições gerais. Há pouco, o congresso aprovou um Projeto de lei que tenta fechar um acordo entre o executivo e o legislativo sobre esses recursos, sobretudo quando se discute a necessidade de corte de gastos para cumprimento do arcabouço fiscal.

Após recesso oficioso do Congresso Nacional durante as eleições, os “trabalhos” foram retomados com intensa negociação pela definição dos nomes que disputarão as presidências da Câmara e do Senado ano que vem. Nesse ínterim, Lula definiu o nome, laureado pelo mercado financeiro, de Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central. É uma tentativa de incidir sobre a política de juros do BC, já que Galípolo foi braço direito de Haddad na fazenda e indicação do próprio Lula para a diretoria do banco. Oriundo do mercado financeiro dá todos os sinais de que seguirá a política de juros sedimentada por Campos Neto para garantir aos rentistas e bancos uma lucratividade recorde. Concretamente a política econômica do governo vende a ideia de que juros baixos fomenta a produção via consumo e crédito, de um lado atende a demanda da fração burguesa industrial em crise histórica, mas de outro reforça a necessidade de o governo aquecer a economia para se cacifar às eleições gerais, mais uma vez a política de fundo não visa outro coisa que o voto do eleitor.

Ocorre que a equação não se fecha quando olhamos para os dados da economia, que vem apresentando resultados e índices positivos no que tange à macroeconomia. O

mais recente dá conta da menor taxa de desemprego desde 2013, chegando a 6,4%. Tais dados dizem respeito apenas às expectativas de desempenho econômico do mercado financeiro dominado pelo capital

monopolista, não repercutindo diretamente sobre as condições de vida dos trabalhadores, que vivem com salários cada vez mais defasados, em condições de trabalho precarizadas e endividados, o que explica o

recente dado do IBGE de que a quantidade de favelas no Brasil cresceu 8% em dez anos, são 17 milhões de pessoas vivendo em favelas, grande parte abaixo da linha da pobreza. O que se põe em relação direta com o fato de a Frente Ampla patinar e a força do centrão nessas regiões periféricas.

O governo burguês de Lula/Alckmin atende aos interesses do imperialismo e do capital monopolista e às frações da semiburguesia nacional. Diante do aprofundamento da crise social, o debate da vez relaciona-se à publicação das metas de corte de gastos em função do encaixe das contas públicas ao arcabouço fiscal para conter o crescente endividamento do Estado. Analistas burgueses apontam uma demanda de corte na casa de 58 bilhões de reais para estabilizar a dívida até o fim do governo. As tendências econômicas gerais do cenário internacional, crise na produção, inflação e juros altos, dão conta de que a dívida pública nas semicolônias tendem a crescer.

No fim de novembro, o governo finalmente apresentou o pacote de corte de gastos de até 70 bilhões de reais para 2025 e 2026, em que mexe na estrutura de financiamento para os próximos anos de programas sociais (Política de reajuste do salário-mínimo, do BPC, Bolsa família), além da Educação. O contrapeso se justificaria com as alterações sobre regalias da aposentadoria dos militares, contudo o impacto não passa de 1 bilhão de reais até 2030. Todavia, não se mexeu nos incentivos fiscais às empresas de todo tipo, recursos que fecham o ano em 500 bilhões de reais, a mesma coisa quanto às emendas parlamentares.

Sabendo do impacto político negativo, foi antecipada também a Reforma da Renda, que aumenta para 5 mil reais o limite de

isenção do imposto de renda e propõe um aumento de alíquotas para as altas rendas, isso caiu como uma bomba e mexeu com o “humor” no mercado financeiro, que promoveu uma alta recorde do dólar,



ultrapassando 6 reais. Justificativa é que o pacote não vai ser capaz de conter o ritmo de crescimento da dívida, contudo é mais do que sabido que o capital devora partes consideráveis das forças produtivas, destruindo-as, no período imperialista há que se exportar capital para alimentar a especulação voraz e improdutiva, posto que, os ajustes fiscais são levados a cabo pelos governos de turno para pagar os juros da dívida externa e, efetuar novos empréstimos alimentando a máquina destrutiva que é o capital. Fato é que o governo burguês da Frente Ampla precisa atender aos cortes de impostos e tributos dos grandes monopólios do capital, na busca do realinhamento das expectativas do mercado financeiro.

Todo esse roteiro escancara a situação política de um governo cada vez mais nas cordas frente a sanha especulativa do rentismo, a pressão interna pela redução do Estado a título de maior eficiência. Contudo, a deterioração da política de apelo social contribui ainda mais para um conjuntura de acirramento da luta de classes, que avança a cada período. Esse é o ponto que deve ser posto nesse debate, pois o discurso é de que deve-se equilibrar os gastos para poder garantir os serviços e os tais benefícios sociais, contudo, a realidade é o avanço da miséria e o avanço dos ataques aos direitos e à condição de vida dos trabalhadores, não deixando dúvidas sobre qual é o real papel desse governo.

Nisso, as instituições, mesmo com toda a crise política em que estão metidas, se unificam para avançar com o plano de corte de direitos via Reforma administrativa, que já ocorre nos municípios e estados. Fora a permanente mobilização para avançar com as regulamentações da Reforma Tributária e a aprovação do pacote do corte de gastos. As pelepas políticas, expressam os limites que a Frente Ampla tem para governar, expressa a crise institucional da democracia burguesa que se aprofunda nos bonapartismos *sui generis*. Evidenciam como as várias frações burguesas disputam e se unificam sobre as pautas centrais, sobretudo, as econômicas.

Semanas atrás, o STF julgou constitucional a mudança no regime de contratação dos servidores públicos, os novos trabalhadores poderão ser contratados via CLT, o que rompe com a estabilidade dos servidores. Esse é um exemplo de que a Reforma administrativa vem sendo regulamentada a conta-gotas e na surdina com a conivência e silêncio das direções políticas e burocracias sindicais que há tempos estão mais preocupados com eleições do que em avançar com uma política

que coloque a classe num ascenso contra os ataques da Frente ampla Lula/Alckmin.

Isso está demonstrado no papel que as direções políticas da classe cumpriram nas eleições municipais passadas, tanto o reformismo, quanto o centrismo estiveram metido até pescoço nas eleições, elemento central da decomposição da democracia burguesa. A eleição de São Paulo, além de diversos outros municípios, contou com as candidaturas do centrismo, com candidatos a prefeito e a vereador do PSTU e o MRT, que se utilizando da filiação democrática da legenda do PSTU, lançou sua “bancada comunista”. Tiveram de conjunto um desempenho pífio, não ultrapassando barreira 5 mil votos.

Para justificar essa política, lançam mão de todo tipo de revisionismo e de adaptação ao regime, contudo, há que se convir que há no mínimo uma coerência dada a inveterada defesa que fazem da democracia burguesa frente ao “ascenso do fascismo” via a dita extrema-direita. Para esses setores a luta de classe se dá nos marcos das instituições burguesas, o parlamento e o judiciário. Evocam o princípio da independência de classe para atuar através de um “programa revolucionário e socialista” por dentro das estruturas do Estado burguês, nada revela mais o nível de adaptação ao regime. Justificam a utilização dessa tática como propaganda, mas a principal demanda apresentada é uma reivindicação nos marcos de um estatismo, abrem mão do caráter de classe do Estado, para propagandear um engodo aos trabalhadores. A verdade é que as eleições são a expressão maior do controle burguês sobre o ascenso da consciência de classe, é inconcebível o grau de desvio e o atraso desses setores dos métodos de luta e organização próprios dos trabalhadores. Uma reflexão cabe fazermos quando aqueles que deveriam estar nas trincheiras da luta de classes, estão em praça pública pedindo voto naqueles que serão os próximos administradores do Estado para a burguesia.

É nesse aparato em declínio que as burocracias sindicais conduzem as lutas dos trabalhadores. Durante todo o período, estiveram recuados e em campanha eleitoral, enquanto isso os governos de turno avançavam com as reformas e as privatizações, passadas as eleições prefeitos e governadores promoveram uma enxurrada de medidas privatizantes, sobretudo na educação. Diante desse cenário, é fundamental a defesa da independência de classe como elemento central para a construção de políticas e definição de ações dos trabalhadores.

É fundamental, portanto, erguer em cada sindicato e organização estudantil uma oposição revolucionária,

que avance com uma política de recuperação dos nossos instrumentos de organização das mãos das burocracias e exijam dos sindicatos e centrais a construção de uma saída operária da crise e de enfrentamento aos ataques; que coloque abaixo as Reformas Trabalhista, Previdenciária, Administrativa, do Ensino Médio, além do projeto das Escolas Cívico-militares em curso; que levante a luta pela escala móvel de horas e salários e a necessidade de expropriação dos expropriadores. É necessário também que, a partir de nossas estruturas, organizemos a autodefesa contra os ataques protofascistas da pequena burguesia bolsonarista e, principalmente, contra o braço armado do estado burguês.

A política para os trabalhadores não pode ser definida pelas disputas eleitorais, com a aquisição de bancadas nos parlamentos, e consequente disputa pela administração do estado burguês, alimentando a ilusão no aparato estatal, como se pudesse ser preenchido com determinado conteúdo de classe. Os ataques da burguesia contra o conjunto dos trabalhadores estarão na ordem do dia, independentemente dos governos de turno. A tarefa central para a classe trabalhadora só pode passar pela necessidade de construção do partido revolucionário que dirija a derrubada do estado burguês e imponha a nossa ditadura de classe.

JORNADA 6x1

A luta é pela escala móvel das horas de trabalho

Nas últimas semanas, o debate em torno da redução da jornada de trabalho tomou grande relevância no debate público através da discussão sobre o fim da escala 6x1. Levantado pela deputada Erika Hilton (PSOL), a discussão se dá de forma rebaixada, nos marcos do parlamento burguês e acompanhando as próprias políticas de flexibilização do patronato. O que está implícito no bojo dessa medida são: a redução de jornada com a redução de salário, lay-off, banco de horas e o arrocho salarial. Como contraponto, o que está posto na ordem do dia, com o avanço das tendências do capitalismo em decomposição, é a consigna da ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO - onde todo o trabalho disponível, deve ser distribuído entre toda a força de trabalho disponível, sem qualquer redução salarial - à luz do enfrentamento pelos trabalhadores pela derrocada do sistema capitalista.

As escalas de trabalho sofrem alterações ou mudanças de ritmo e tempo de acordo com as necessidades e interesses dos capitalistas, cujo processo produtivo já emprega inúmeras jornadas de trabalho na perspectiva da divisão social do trabalho, em alguns setores 5 x 2, em menor escala 4 x 3, na segurança e saúde, respectivamente 12 x 36 e 18 x 36 e 24 x 48 nas plantas de produção em funcionamento ininterrupto. Essas escalas são negociadas nas mesas dos burocratas sindicais, que estão há tempos afastados dos locais de trabalho, cola-

dos ao Estado e conciliando com patrões enquanto atuam como muro de contenção da luta de classes, exemplificado perfeitamente na greve dos trabalhadores da PepsiCo de Itaquera e Sorocaba por redução de jornada sem redução salarial.

A direção burocrática do STILASP - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo - trai a sua base, distorcendo sua consigna de “redução de jornada sem redução salarial”, se alinhando aos patrões e colocando como bandeira de luta a “Semana espanhola”, que se traduz, numa escala de trabalho num sistema de compensação na qual o funcionário trabalha 40 horas numa semana e 48 horas na outra. Porém, se houver a rescisão contratual sem que tenha a compensação total das horas trabalhadas semanalmente, o trabalhador deverá realizar o pagamento de horas extras.

Portanto, o que se impõe como tarefa não é a luta pelo fim da escala 6x1, mas a luta pela ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, através de nossos métodos históricos de luta e com independência de classe. Urge que para isso levantemos a luta pela recuperação dos sindicatos dessas camarilhas que se apossaram do nosso instrumento de luta e o transformaram em seu meio de vida, desviando toda a luta histórica para as instituições burguesas, advogando que migalhas em meio aos destroços, devem ser consideradas como vitórias.

SINDICAL



33º CONGRESSO DO SINPEEM

No dia 01/11 encerrou-se o 33º Congresso do SINPEEM. Aproximadamente 4 mil delegados, representantes escolhidos em suas escolas, passaram 4 dias em um evento de caráter festivo, com propósito “*distracionista*”, relegando seu verdadeiro objetivo - o debate político e a organização dos trabalhadores - a um mero e incômodo detalhe diante de uma infinidade de atividades culturais, shows, barracas de compras e salas de massagem.

O cenário político que se configurou no evento foi aquele por nós previsto após o fim do processo eleitoral para a direção do sindicato, no meio do ano passado. Uma rápida adaptação dos grupos da denominada “Oposição Unificada” que conquistaram cargos na direção, à direção dita “majoritária”.

A burocracia do sindicato, após o fiasco de suas pretensões nas eleições municipais, teve a cooperação de diversos grupos de “oposição” que compõem a direção, para tratorar a discussão política e a necessária organização dos trabalhadores da educação para lutar contra os ataques que avançam sobre a classe.

À revelia das emendas inscritas ao texto referência, com os pouquíssimos caracteres permitidos, já no primeiro dia do evento todos os grupos da “Oposição Unificada” se reuniram a portas fechadas com a burocracia para apresentar um Plano de Lutas pronto, já acordado entre eles e sem discussão nenhuma com a base presente na plenária. Tentaram, em acordo com a direção burocrática, reduzir o tempo de fala da apresentação das correntes, um dos poucos momentos em que pode-se defender programa e teses sem precisar ter o texto da burocracia como “referência”.

Nas defesas das emendas, correntes como *Conspiração Socialista* e *Democracia e Luta no SINPEEM*, cumpriram o papel próprio da burocracia, defendendo o SP Integral, e atacando com mentiras as propostas de discussão sobre a imediata efetivação das trabalhadoras terceirizadas das escolas, como ao

vociferar a falácia de que seríamos contra o concurso público.

Outras correntes mal se posicionaram, outrora auto-proclamadas “combativas” e/ou revolucionárias como *Reviravolta na Educação*, *Vozes da Base* e mesmo a *Corrente Proletária*, que não compõe a direção mas atuou o tempo todo pela construção do bloco da Oposição Unificada, intervieram timidamente e de fato se silenciaram perante as mentiras, distorções e ataques desmedidos de uma burocracia e de uma suposta Oposição Unificada reformista, perdidas politicamente e desesperadas por terem sido varridas nas eleições municipais. Tentam se posicionar à esquerda no bloco dirigente, mas rapidamente são incorporadas à política da direção burocrática; formam agora, a exemplo da APEOESP, uma DIREÇÃO UNIFICADA.

É necessário também abrir um balanço sobre a atuação da corrente *Nossa Classe*, que diante dessa tendência já apontada por nós no último ano - de que esses grupos seriam absorvidos pela direção majoritária - ainda assim tentaram se manter próximos à Oposição Unificada até o último momento, tendo rachado pouco depois da convenção pré-eleitoral. Porém, na eleição, não se posicionou e neste Congresso, também sofreu com o silenciamento e burocratização da agora DIREÇÃO UNIFICADA. Contudo, novamente, absteve-se de denunciar a atuação dessas correntes.

Diante desse cenário, que já era apontado há mais de um ano, a UICC - *Unidade Independente, Classista e Combativa* - apresentou a política correta de combate à burocratização do Congresso e da Oposição Unificada, se apresentando como Oposição de fato, utilizando todos os meios disponíveis para denunciar as traições, apresentar as políticas corretas, com independência de classe e sem medo das reações adversas, virulentas e embusteiras da burocracia e sua base, assim como de parte importante da Oposição Unificada, que

fatalmente se seguiram.

Nossa proposição de atividades paralelas ao distraçionismo corriqueiro, com debates políticos e organizacionais sobre sindicatos, privatizações, terceirizações, SP Integral e a proposta de escolas cívico-militares (que avança no estado e na prefeitura), foi de encontro aos ataques imediatos que sofremos por parte dos governos de turno e à necessidade dos sindicatos serem recuperados como importante instrumento para a organização da luta da classe trabalhadora, contra os ataques de QUALQUER GOVERNO e/ou patrão.

Houve uma positiva recepção por uma parte da base que enxerga que reformistas e centristas já não podem responder às necessidades imediatas

de organização da classe, e que esse caminho passa pela construção de uma oposição revolucionária dentro do sindicato, que preze pela independência de classe, e avance no debate político com seriedade, sem temer.

Essa é a tarefa que se impõe após o 33º Congresso do SINPEEM e que as correntes que compõem a UICC - *Oposição de Luta, Corrente Sindical Marxista* **Guilherme Llorca, FOB, OSL e os trabalhadores Independentes** - assumem: o avanço na construção e consolidação dessa frente de oposição revolucionária, que denuncie e passe por cima do imobilismo dessa DIREÇÃO UNIFICADA, cada vez mais adaptada e incorporada às instâncias do estado burguês, para levar adiante, com os nossos métodos, a luta contra a privatização, a terceirização o arrocho salarial e a deterioração das nossas condi-



Nós, da Unidade Independente Classista e Combativa (UICC), que atua no Sinpeem, nos solidarizamos e apoiamos a campanha pela libertação imediata do professor Adriano, preso injustamente pela Polícia Militar, braço armado e repressor do estado burguês, sob comando direto do atual governador de São Paulo, Tarcísio (Republicanos). O professor Adriano é um trabalhador que esteve presente em diversas lutas do povo trabalhador, desde greves por aumento salarial e melhores condições de trabalho (como em 2014), até manifestações em defesa do meio ambiente com os nossos companheiros indígenas e outros grupos mais, como também em ocupações por moradia e diversas atividades no sentido de melhorar nossas condições materiais de vida enquanto trabalhadores. Hoje ele está preso na Unidade Prisional de Franco da Rocha II. Por ter se posicionado contra a violência policial em uma ação de despejo em 2018, foi acusado de "desacato" e "desobediência", ou seja, hoje ele é um preso político por lutar e defender os direitos básicos dos trabalhadores e demais oprimidos e se levantar contra a truculência da Polícia Militar ao reprimir os trabalhadores em luta. Ele foi condenado a 10 meses de prisão em regime semiaberto, há um mês, deste ano de 2024.

O Tribunal de Justiça, que o condenou, é o mesmo que extinguiu os processos contra os PMs envolvidos no massacre do Carandiru, em 1992. Nesse momento, esta campanha, bem como o próprio Adriano e sua família, demandam todo o apoio necessário, tanto político, quanto financeiro, para assim custear o processo, transportes, logísticas e materiais, além de outras necessidades para a campanha de liberdade do nosso companheiro!

Nós da UICC, reunimos no último Congresso Sindical do SINPEEM as assinaturas necessárias para apresentação de uma moção em solidariedade e pela defesa do Prof.º Adriano. Mas, assim como o próprio plano de lutas, a possibilidade de apresentação e defesa da moção foi cerceada por esta burocracia que há quatro décadas sequestrou o nosso maior instrumento de organização e luta.

Demandamos que a direção do SINPEEM rompa com o silêncio e assuma também a defesa e o apoio político ao Prof.º Adriano, como parte da luta de todos os trabalhadores da educação. Compreendemos que a conjuntura de ataques à educação será acompanhada por maior repressão às lutas em sua defesa e é preciso assumir, desde já, um posicionamento contundente contra qualquer forma de repressão e prisão àqueles que lutam.